



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004820-11.2014.8.26.0566/01**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Dissolução**
 Exequente: **Adriana de Moura Menezes**
 Executado: **Pedro Dellatesta Filho**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Adriana de Moura Menezes, fundada em sentença declaratória e condenatória, pretende sua liquidação em face de **Pedro Dellatesta Filho**, dizendo que entre os créditos e débitos das partes, nos limites fixados pela coisa julgada na fase de conhecimento, pretende ser satisfeita no importe de R\$ 11.606,28, que poderá ser pago em até 20 parcelas mensais e consecutivas de R\$ 600,00 cada uma. Planilha de cálculos às fls. 05/10.

O réu ofereceu impugnação à fase de liquidação da sentença dizendo que as relações do ativo e passivo apresentadas nos autos pela exequente não estão em conformidade com a realidade dos fatos, a qual tenta transferir-lhe obrigações que são pessoais da credora, porquanto decorrentes de dívidas constituídas por ela e em seu exclusivo interesse. Indispensável a presença dos contratos de financiamento celebrados na constância da união estável, acompanhados dos extratos evolutivos da relação dos débitos e imputações de pagamentos. O valor pretendido pela autora é abusivo.

Réplica às fls. 26/29. Debalde a tentativa de conciliação de fl. 30. A autora exibiu os documentos de fls. 40/88, planilha de fls. 89/99 e documentos de 101/108, que foram impugnados às fls. 109/113. O réu manifestou-se às fls. 132/133 e exibiu o parecer de fls. 134/154. Na audiência de fl. 170 as partes reiteraram os seus anteriores pronunciamentos. Às fls. 181/251 a autora apresentou novos documentos. Este Juízo requisitou os documentos que aportaram nos autos às fls. 272/361. A autora apresentou a planilha de cálculos de fls. 379/392. Nova tentativa de conciliação a fl. 395: debalde. O réu apresentou alegações finais às fls. 408/410.

É o relatório. Fundamento e decido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Na fase de conhecimento desta ação, no que diz respeito à partilha dos bens (letra “b” de fl. 285 daquela fase), a coisa julgada se estabeleceu segundo os parâmetros seguintes: “dívidas constituídas na vigência da união estável, presumivelmente se deram em benefício do casal e da família. Financiamentos com saldos devedores pendentes e desde que constituídos naquela vigência, exigem compartilhamento idêntico (50% para cada um) entre os litigantes para serem solvidos. Novações objetivas desses saldos devedores, mesmo que celebradas depois da ruptura da união estável, exigirão coparticipação em idêntica proporção entre o ex-casal no adimplemento dessas obrigações. Prestações desses empréstimos que foram pagas no decorrer da convivência, presumivelmente foram solvidas por ambos, razão pela qual nenhum deles pode reclamar o reembolso do que pagou durante o relacionamento, mesmo que um deles tenha sido financeiramente sobrecarregado. Os valores pagos por apenas um deles em datas subsequentes à do término da convivência, poderão ser reembolsados em 50% com os respectivos encargos moratórios, desde a data do respectivo pagamento. As diretrizes ora estabelecidas servirão de parâmetros para que, na fase subsequente, seja identificado o possível saldo favorável a uma das partes em detrimento da outra, para que esta possa reembolsar àquela os 50% e concorrer com o respectivo pagamento, em idêntica proporção, do valor das prestações ou saldos devedores das dívidas que nasceram durante a união estável ou que por força de novação, foram constituídas depois de exaurido o relacionamento; o veículo Fiesta Sedan foi vendido pela autora por R\$ 18.000,00, conforme recibo constante dos autos. O réu tem direito a 50% desse numerário. Entretanto, será objeto de compensação com eventual saldo devedor para com a autora. Incidirá correção monetária sobre os R\$ 9.000,00 desde a data da venda. Os ativos decorrentes de condenação judicial favorável à autora, por fatos ocorridos no curso da união estável, deverão ser partilhados entre os litigantes em partes iguais. Independente do trânsito em julgado, será dada a qualquer das partes iniciar a fase de liquidação”.

Para esta fase de liquidação, não se exige perícia contábil. A fonte informativa e elucidativa de todo o imbróglio apontado na parte dispositiva da sentença de cognição completa centra-se nos contratos de financiamento originários e fruto de eventual novação, agregados às planilhas de evolução da dívida, permitindo assim a correlação da constituição de cada uma dessas dívidas com o período da união estável, a efetivação da compensação e consequente identificação da eventual sobra a favor de um dos litigantes.

O réu não cuidou de apresentar documento algum relacionado ao conteúdo do comando sentencial relacionado à partilha de bens. Impugnou, de modo genérico, os documentos e planilha apresentada pela autora, não trazendo absolutamente nada de útil para desmerecer os múltiplos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

documentos providenciados por aquela e também pelos bancos às fls. 272/361, além dos anteriormente agregados aos autos às fls. 181/251.

O parecer técnico de fls. 134/154, unilateral, porquanto produzido extrajudicialmente a pedido do réu, não considerou o conjunto documental, riquíssimo, carreado para os autos nos termos já indicados, não tendo assim o alcance (eficácia) pretendido pelo réu.

A planilha de fls. 379/392 obedeceu, rigorosamente, ao passo-a-passo estabelecido pela parte dispositiva da sentença, acima mencionada (letra “b” de fl. 285 da etapa de conhecimento deste processo sincrético). Cuidadoso o trabalho da autora. Procedeu à compensação estabelecida pela sentença, inclusive em relação ao produto da venda do veículo ao qual agregou os encargos definidos pela coisa julgada material. Às fls. 375/377 a autora cuidou de esclarecer o significado e alcance de cada planilha apresentada em apenso a essa peça, clareando seu pormenorizado trabalho.

Os débitos das partes estão listados às fls. 376 (e têm respaldo e justificativa nos contratos e instrumentos de renegociação insertos nos autos), tendo sido acrescido o título de capitalização. O débito do réu é de R\$ 45.713,46 e o da autora é de R\$ 16.457,57.

Os valores mensais a cargo do réu, relacionados aos contratos bancários, incluídas as renegociações, apontam para a acumulação dos valores da prestação mensal da ordem de R\$ 965,89, sendo que da renegociação contratual estabelecida com o Banco Santander remanesçam 55 prestações a serem solvidas, enquanto da renegociação contratual celebrada com o Banco do Brasil pendem 51 prestações a serem pagas. O valor da prestação devida a cada banco está adequadamente indicado no item 3 de fl. 377. A autora apresentou propostas ao réu visando à extinção das obrigações, conforme fls. 377/378, mas este de modo genérico impugnou-as.

A autora no quadro de fl. 376 apresentou a relação do que pagou, integralmente, destacando-se os contratos de renegociação do Santander, de n. 237985917, no importe de R\$ 12.369,37, e o do Banco do Brasil, de n. 850839518, de R\$ 25.287,57. O réu terá que compensá-la com 50% desses valores. Essa a razão pela qual o total devido pelo réu é de R\$ 45.713,46, enquanto a dívida da autora se limita a R\$ 16.457,57. O passivo do réu é de R\$ 29.255,90. Já se venceram R\$ 29.255,90. As dívidas vincendas importam em R\$ 50.715,61 (51 parcelas de R\$ 602,00 e 55 de R\$ 363,81 (valor total mensal dessas parcelas: R\$ 965,81)).

Pelo quadro de fl. 375, que tem amparo nos documentos providenciados para os autos, o réu teria o direito de receber da autora: a) pelo veículo Fiesta Sedan, R\$ 13.437,57; b) em decorrência da demanda ajuizada pela autora em face da MRV, R\$ 3.020,00. Total: R\$16.457,57.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Por outro lado, o réu levantou os ativos do título de capitalização Sul América, conforme fls. 37/84, e por isso deve à autora a meação desta nesses ativos, acrescida dos encargos, o que importa em R\$ 7.536,25.

A autora já satisfaz as dívidas bancárias sem a participação do réu, conforme apresentado na planilha de fl. 376, que tem respaldo nos documentos exibidos pela autora. A dívida paga por esta, acrescida dos R\$7.536,25 (50% do título da capitalização resgatado, atualizado), atinge R\$45.713,46. Deduzindo-se desse valor o crédito do réu – R\$16.457,57 - , apura-se que a autora tem a receber deste R\$29.255,90.

As partes têm a pagar ao Santander e ao Banco do Brasil S/A as parcelas mensais e consecutivas das renegociações contratuais indicadas no item 3 de fl. 377. Cada parte terá que pagar R\$965,89 por mês. A autora, para não ter seu nome atingido por eventual inadimplemento, efetuou o pagamento de mais algumas parcelas da renegociação com o Santander, e por isso faltam 51 a serem solvidas (fl. 414), enquanto faltam 47 parcelas a serem pagas ao Banco do Brasil S/A (fl. 415).

Como já mencionado, o réu não se dispôs a aceitar as propostas feitas pela autora às fls. 377/378. Em princípio, não há garantia de que efetuará o pagamento mensal de 50% de ambas as parcelas. A autora até agora tem sido sobrecarregada por essa omissão do réu, o que poderá ser alvo de cumprimento de sentença quer em relação às vencidas e pagas quer em relação às vincendas.

Reconheço, pois, que o réu deve à autora R\$29.255,90 até 10.02.2017, e sobre esse valor incidirá correção monetária e juros de mora de 1% ao mês a partir do referido termo. Ambos terão que pagar aos Bancos referidos as prestações mensais e consecutivas oriundas das renegociações indicadas nesta sentença. A parte que for sobrecarregada pela outra, por se ver obrigada a pagar as prestações para não incidir nos encargos contratuais, poderá reclamar o pagamento do valor excedente ao de sua coparticipação, acrescido dos encargos já mencionados.

JULGO PROCEDENTE a fase de liquidação proposta pela autora em face do réu para, já efetuada a compensação dos créditos e débitos das partes indicados a fl. 375, e identificado o valor a maior pago pela autora aos Bancos, tem-se que o crédito desta em face do réu é de R\$ 29.255,90 até 10.02.2017, e sobre esse valor incidirá correção monetária e juros de mora de 1% ao mês a partir do referido termo. Ambos terão que pagar aos Bancos referidos as prestações mensais e consecutivas oriundas das renegociações indicadas nesta



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

sentença (R\$965,89 cada parte). A parte que for sobrecarregada pela outra, por se ver obrigada a pagar as prestações para não incidir nos encargos contratuais, poderá reclamar o pagamento do valor excedente ao de sua coparticipação, acrescido dos encargos já mencionados. Não incidem honorários advocatícios nesta fase. Custas processuais a cargo do réu. A autora poderá promover o cumprimento de sentença provisório, desde já, em face do réu, incidente em apenso.

Publique e intemem-se. Oportunamente, certifique se o caso o trânsito em julgado, dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo.

São Carlos, 25 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**